

HISTÓRIA E LEGADO DOS NEGROS NO BRASIL: RESISTÊNCIA, CONTRIBUIÇÕES E IDENTIDADE CULTURAL

HISTORY AND LEGACY OF BLACK PEOPLE IN BRAZIL: RESISTANCE,
CONTRIBUTIONS AND CULTURAL IDENTITY

Ciências Humanas, Linguística & Letras e Artes • 14/09/2026

REGISTRO DOI: [10.70773/revistatopicos/789326200](https://doi.org/10.70773/revistatopicos/789326200)

Jesurana de Oliveira Castilho¹

Maria Helena de Oliveira²

RESUMO

A partir da chegada forçada de africanos ao território colonial, a vivência dos negros foi marcada por opressão, exploração e preconceito, mas também por resistência, criatividade e resiliência. O estudo tem como objetivo discutir sobre a história e o legado dos negros no Brasil, evidenciando sua contribuição indispensável para a formação da identidade cultural brasileira. Explora-se como o encontro de diferentes culturas africanas no Brasil resultou em um processo de adaptação e ressignificação cultural, gerando uma rica formação cultural afro-brasileira que moldou aspectos essenciais da sociedade, como música, dança, religiosidade e língua. A resistência dos negros, manifestada em movimentos sociais e práticas culturais, foi fundamental na luta pela liberdade e igualdade, e continua a ser um pilar fundamental da identidade nacional. A metodologia adotada é de natureza bibliográfica, com uma abordagem qualitativa e descritiva, que visa valorizar a herança afro-brasileira e refletir sobre os desafios persistentes na busca por justiça social. Em conclusão, compreender o legado da cultura africana é indispensável para desvendar as raízes históricas e culturais do Brasil. Suas contribuições vão muito além das marcas deixadas pela escravidão, revelando uma trajetória de resistência, resiliência e criatividade que deu forma a uma cultura rica, plural e vibrante. Essa riqueza cultural é resultado da fusão harmoniosa entre tradições africanas, indígenas e europeias, que juntas constituem o alicerce da diversidade que caracteriza a identidade cultural brasileira.

Palavras-chave: Escravidão; Cultura africana; formação cultural afro-brasileira; Resiliência.

ABSTRACT

Since the forced arrival of Africans in the colonial territory, the experience of blacks has been marked by oppression, exploitation

and prejudice, but also by resistance, creativity and resilience. The study aims to discuss the history and legacy of black people in Brazil, highlighting their indispensable contribution to the formation of Brazilian cultural identity. It explores how the meeting of different African cultures in Brazil resulted in the process of cultural adaptation and re-signification, generating a rich Afro-Brazilian cultural formation that has moulded essential aspects of society, such as music, dance, religiosity and language. Black resistance, manifested in social movements and cultural practices, was fundamental in the struggle for freedom and equality, and continues to be a fundamental pillar of national identity. The methodology adopted is bibliographical in nature, with a qualitative and descriptive approach, which aims to valorise afro-Brazilian heritage and reflect on the persistent challenges in the quest for social justice. In conclusion, understanding the legacy of African culture is essential to unravelling Brazil's historical and cultural roots. Their contributions go far beyond the marks left by slavery, revealing a trajectory of resistance, resilience and creativity that has shaped a rich, plural and vibrant culture. This cultural richness is the result of the harmonious fusion of African, indigenous and european traditions, which together constitute the foundation of the diversity that characterizes Brazilian cultural identity.

Keywords: Slavery; African culture; Afro-Brazilian cultural formation; Resilience.

INTRODUÇÃO

A história dos negros no Brasil é marcada por um legado de resistência, contribuições significativas e a construção de uma identidade cultural que moldou profundamente a sociedade brasileira. Desde a chegada forçada de africanos ao território

colonial, a vivência dos negros foi permeada por opressão, exploração e preconceito, mas também por criatividade, resiliência e uma poderosa capacidade de transformação. Essa trajetória, embora muitas vezes negligenciada ou distorcida, é fundamental para compreender as dinâmicas sociais, culturais e econômicas do país.

Nesse contexto, o encontro e a mistura cultural entre os negros trazidos da África, de diferentes regiões e inúmeros idiomas, religiões e costumes, foi uma característica marcante que se refletiu no processo de adaptação e ressignificação cultural no Brasil.

Ao serem forçados a conviver em condições adversas, os negros escravizados não apenas preservaram aspectos de suas culturas de origem, mas também os adaptaram, recriando novas formas de expressão cultural no contexto brasileiro. Essa formação cultural muito peculiar resultante do sincretismo afro-brasileiro moldou profundamente a identidade cultural do Brasil, influenciando elementos como a música, a dança, a culinária, a religiosidade e a língua, que se tornaram símbolos da identidade brasileira, revelando a complexidade e a riqueza de um processo de miscigenação nem sempre harmonioso.

Esse processo, no entanto, não foi apenas de adaptação, mas também de resistência e criatividade. Mesmo diante da violência da escravidão e das tentativas de apagamento cultural, os africanos e seus descendentes conseguiram manter vivas muitas de suas tradições e, ao mesmo tempo, enriquecer a cultura brasileira como um todo. A contribuição africana tornou-se, portanto, um dos pilares fundamentais da identidade cultural do país.

Além disso, a resistência dos negros - expressa em movimentos sociais, práticas culturais e formas de organização comunitária - desempenhou um papel crucial na luta pela liberdade e pelos direitos civis. Essa resistência não apenas desafiou as estruturas escravocratas e racistas, mas também ajudou a pavimentar o caminho para conquistas sociais e políticas, ainda que as desigualdades persistam como uma realidade desafiadora.

E é nesse cenário que, por meio de uma abordagem que combina os aspectos históricos e culturais, o estudo tem como objetivo discutir sobre a história e o legado dos negros no Brasil, evidenciando sua contribuição indispensável para a formação da identidade cultural brasileira. Para responder a esse objetivo, a metodologia adotada é de natureza bibliográfica, baseada na revisão de literatura relevante ao tema influência da cultura dos africanos na identidade cultural do Brasil, com uma abordagem qualitativa e descritiva.

Neste sentido, a justificativa para o presente estudo está na importância de se destacar e reconhecer o papel dos negros na construção da sociedade brasileira, desafiando as narrativas históricas que frequentemente minimizam ou marginalizam suas contribuições. O estudo busca valorizar a herança afro-brasileira, celebrando suas diversas formas de resistência, adaptações culturais e sua presença essencial nos processos de mudança social, política e cultural.

O Tráfico de Africanos e a Escravidão no Brasil

Contexto Histórico da Escravidão e do Tráfico Transatlântico de Africanos

A escravidão na África tem uma história anterior à chegada dos europeus. Diferente da Europa, onde a riqueza era baseada na posse de terras, no continente africano, o poder econômico e social frequentemente era medido pela quantidade de escravos ou gado. Nas sociedades africanas, os escravos eram ativos de produção e podiam ser integrados às comunidades, desfrutando de certas liberdades. Já nas colônias europeias nas Américas, a escravidão caracterizava-se pela desumanização completa, com os africanos sendo explorados como propriedade vitalícia.

Quando o tráfico transatlântico de escravos se desenvolveu, a participação de líderes africanos teve um papel significativo na estrutura desse comércio. Eles negociavam diretamente com comerciantes europeus, muitas vezes trocando escravos por mercadorias como armas, tecidos e outros bens que aumentavam o poderio de seus reinos (Testa, 2017).

A partir do século XIX, com o avanço da expansão europeia e o surgimento de uma ordem econômica global centrada no capitalismo, o tráfico de escravos adquiriu contornos cada vez mais raciais. A demanda por mão de obra para as lavouras nas colônias americanas consolidou a transferência em massa de africanos para a condição de escravos nas Américas. Nesse contexto, a escravidão passou a ser vista como uma prática essencialmente econômica e com uma base racial explícita, em que o negro era considerado um bem a ser explorado para maximizar os lucros das plantações de açúcar, algodão e café, entre outras. Essa mudança de perspectiva teve implicações profundas, levando à desumanização completa dos africanos escravizados e a uma associação racial entre negritude e servidão que reverberou ao longo dos séculos seguintes,

influenciando profundamente as relações sociais e raciais no Novo Mundo (Testa, 2017).

A história da escravidão no Brasil tem seu marco inicial com a chegada dos primeiros africanos ao território brasileiro, em torno de 1549, quando um contingente de escravizados desembarca em São Vicente. Este evento representa o início de um longo e doloroso processo em que o tráfico de africanos se intensificaria ao longo dos séculos, tornando-se peça central para a economia colonial. À medida que o sistema colonial se consolidava, principalmente com o desenvolvimento da produção de açúcar no Nordeste, a necessidade de mão de obra barata e resistente impulsionava o aumento do tráfico de africanos, transformando-os na principal força de trabalho do período (Moura, 1992).

Segundo o autor "o negro é o grande povoador" do Brasil, pois foram os africanos que, ao serem trazidos forçadamente, ocuparam as vastas áreas do Brasil que ainda não haviam sido efetivamente ocupadas pela coroa portuguesa ou pela população indígena, cujo número se reduzia devido às guerras e epidemias.

Embora o tráfico clandestino de escravos para o Brasil ter sido oficialmente proibido em 1850 com a promulgação da Lei Eusébio de Queirós, Lei nº 581, promulgada em 4 de setembro de 1850, o tráfico de africanos escravizados continuou de forma ilegal por alguns anos. Entre 1851 e 1856, aproximadamente 6.900 africanos ainda foram trazidos clandestinamente ao país, fato que evidencia a dificuldade de fiscalização e a resistência de setores da elite brasileira à abolição do tráfico.

Muitos traficantes e proprietários de terras mantinham o comércio ilegal devido ao alto valor econômico da mão de obra escrava, fundamental para a economia baseada na agricultura de exportação, como o café. A continuidade do tráfico, mesmo após a lei, revela a complexidade das relações econômicas e sociais da época, que só começariam a mudar significativamente com a campanha abolicionista nas décadas seguintes.

Diversidade Étnica e Geográfica dos Povos Africanos

A África Centro-Occidental, particularmente a região que hoje corresponde a Angola, tornou-se uma das principais fontes de fornecimento de escravos para a América Portuguesa. Os chefes políticos e mercadores dessa região desempenharam um papel significativo no abastecimento das colônias, estabelecendo redes de comércio que facilitavam a captura e a venda de indivíduos escravizados (IBGE, 2000).

No século XVIII, eram recebidos nos portos brasileiros, Rio de Janeiro, Recife e São Paulo, negros escravizados oriundos da costa leste africana, especialmente de Moçambique. Essa mudança geográfica no tráfico ressalta a flexibilidade e a adaptabilidade das rotas comerciais, bem como a importância da costa do Oceano Índico no contexto do comércio de escravos. O fornecimento de escravos de Moçambique era especialmente expressivo, pois contribuía para o aumento da força de trabalho nas plantações e nas atividades econômicas que emergiam nas colônias brasileiras (IBGE, 2000).

O comércio na Bahia, que começou a se intensificar a partir de meados do século XVII, era caracterizado pela origem dos escravos no Golfo de Benin, uma área que se tornou um dos principais

centros de tráfico de pessoas. Essa região do sudoeste da atual Nigéria era conhecida por suas organizações políticas e sociais que viabilizavam o comércio de escravos, destacando a participação ativa de líderes locais na dinâmica do tráfico. Os escravos trazidos para a Bahia não apenas contribuíram para a força de trabalho, mas também trouxeram consigo suas culturas, religiões e tradições, que se entrelaçaram com as práticas locais, influenciando profundamente a formação da identidade afro-brasileira (IBGE, 2000).

Nesse contexto complexo de tráfico humano, no auge da exploração do ouro no Brasil, no século XVIII, o comércio de africanos escravizados seguiu uma rota inversa à habitual. Em vez de virem diretamente da África, muitos africanos foram contrabandeados das Antilhas para as regiões mineradoras de Mato Grosso e Minas Gerais, passando pela bacia amazônica e pelo Maranhão. Esse movimento mostra como o sistema escravista se adaptava para atender à alta demanda de mão de obra nas áreas de mineração. Com o aumento das atividades auríferas, a demanda por trabalhadores aumentou drasticamente, levando a um fluxo de escravizados que percorriam rotas alternativas (Schwarcz; Gomes, 2018).

Segundo os autores, os grandes portos negreiros na África foram estrategicamente localizados próximos a vastas bacias hidrográficas, como as do rio Senegal, do Gâmbia (Senegâmbia), dos rios Níger e Volta (golfo de Guiné), do rio Congo e do Cuanza (Congo-Angola), e dos rios Zambeze e Limpopo (Moçambique). Esses rios permitiam o transporte fluvial de pessoas escravizadas desde o interior até os portos marítimos, o que ampliava significativamente o alcance do tráfico. Por meio dessas redes hidrográficas, os traficantes conseguiam transportar cativos de regiões profundamente

interioranas, atingindo comunidades distantes do litoral, muitas vezes sem qualquer contato direto com o mundo europeu ou árabe antes do tráfico.

Destacam Schwarcz e Flávio Gomes (2018) que essa infraestrutura natural intensificou o impacto do tráfico de escravos no interior da África Subsaariana, pois ampliou as áreas de captura e mobilizou redes complexas de comércio. Dessa forma, muitos africanos embarcados em portos costeiros foram retirados de regiões muito distantes, evidenciando a penetração e a brutalidade do sistema escravista, que devastou a estrutura social e econômica de vastas áreas do continente africano.

A Máquina de Desespero: O Navio Negreiro e o Paradoxo do Progresso

O transporte de africanos pelo Oceano Atlântico, conhecido como passagem do meio, era uma jornada de extrema brutalidade e desumanização em que africanos capturados eram transportados em condições desumanas a bordo de navios negreiros para as Américas. O trajeto era marcado pela superlotação, falta de ventilação, higiene precária e alimentação insuficiente, levando a altos índices de mortalidade. Aqueles que sobreviveram à viagem chegavam debilitados física e psicologicamente, mas, ao desembarcar, eram rapidamente forçados ao trabalho nas plantações, minas e outras atividades econômicas, especialmente nas colônias europeias. Exploração que representou um dos capítulos mais cruéis da história, cujas consequências ainda se refletem na sociedade contemporânea, em termos de desigualdade e discriminação (Eltis, 2000).

Os africanos eram capturados, muitas vezes, por líderes locais em troca de mercadorias europeias, e embarcados em navios negreiros em condições sub-humanas. As embarcações eram lotadas, o que resultava em um ambiente insalubre, onde a fome, as doenças e o desespero levavam muitos à morte antes de chegarem ao destino.

O navio negreiro representava uma máquina paradoxal, unindo a inovação técnica com uma brutalidade incomparável, revelando o lado sombrio do progresso humano. Ele era um ecossistema complexo precisamente porque agrupava, sob condições extremas, três grupos distintos: os traficantes, a tripulação e os africanos escravizados, todos regidos pelo medo e pela violência. As embarcações eram adaptadas especificamente para otimizar a lucratividade do tráfico e para controlar a resistência dos cativos, que frequentemente tentavam recuperar a liberdade em meio a condições degradantes (Rediker, 2011).

Para o autor essas masmorras flutuantes foram desenhadas com detalhada engenharia: cada elemento visava tanto a eficácia do transporte como a segurança dos traficantes. As modificações incluíam cascos reforçados para enfrentar as condições desafiadoras ao atracar, e sistemas de barricadas para conter revoltas. O navio, nesse sentido, não era apenas um meio de transporte, mas um aparato de repressão e domínio, onde até a posição da casa de armas era cuidadosamente planejada para sustentar a ordem pela ameaça constante da violência.

O navio negreiro não apenas transportava pessoas em condições sub-humanas; ele narrava, silenciosamente, a brutalidade de uma era que via na exploração humana um caminho de prosperidade (Reiker, 2011).

As condições extremas e desumanas a que os africanos eram submetidos nos navios negreiros tornavam o suicídio uma saída trágica para aqueles que buscavam escapar da escravidão. Uma prática especialmente dolorosa era a ingestão contínua de terra, que resultava em um lento envenenamento do corpo pela ação de parasitas, como o *Necator americanus*. Este ato de autodestruição revela o nível de desespero e falta de esperança enfrentado pelos cativos. Para conter essas ações, os traficantes de escravos utilizavam a Máscara de Flandres, uma mordança de ferro que impedia a ingestão de terra. No entanto, o uso dessa máscara reforçava a imagem de selvageria e animalidade, desumanizando ainda mais os escravizados, quando, na realidade, era um instrumento de controle e repressão (Freyre, 2001).

Segundo o autor, as jornadas de longa duração nos porões dos navios agravavam a situação, a falta de saneamento, ventilação e cuidados médicos levava ao desenvolvimento de várias doenças debilitantes e deformidades físicas, especialmente em crianças nascidas a bordo e em adultos submetidos a condições de confinamento. Doenças como o mal-de-Luanda, uma condição debilitante com múltiplos sintomas, e o escorbuto, agravando o sofrimento. As deformidades físicas, pernas tortas, braços finos, joelhos tronchos, cabeças deformadas e encalombadas, e peitos estreitos, refletiam a deterioração física causada pela viagem, mas também o impacto psicológico e físico da violência estrutural e da falta de dignidade imposta a essas pessoas.

No Brasil, os castigos impostos aos africanos escravizados não se limitavam à violência física; eles foram concebidos para aniquilar também a dignidade e a identidade desses indivíduos, provocando um trauma profundo e duradouro. A solidão era intensificada pelo

isolamento forçado, uma estratégia para destruir qualquer sentimento de pertencimento ou resistência coletiva. O constrangimento público, como obrigar um escravo a punir outro ou forçar uma mãe a testemunhar o sofrimento de seu próprio filho, gerava um sofrimento psicológico devastador, que fragilizava laços familiares e enfraquecia a coesão social entre os escravizados. Esses atos de crueldade psicológica aumentavam o sofrimento físico e psicológico, impactando a capacidade dos escravizados de resistir e de preservar sua cultura e história (Gorender, 2004).

Outra prática desumanizante é de marcar a pele dos negros “a ferro e fogo”, tratando os corpos escravizados como propriedade, como se fossem objetos ou animais. Esse ato simbolizava o controle absoluto do senhor de escravos sobre o corpo e a identidade de cada indivíduo, reforçando a ideia de que eram mercadoria. As mutilações e os abusos, incluindo o estupro e a tortura de mulheres e meninas, constituíam violência contínua e legitimada pela própria lei, o que perpetuava a exploração e objetificação dessas pessoas (Gorender, 2004).

Freyre (2012) expõe uma realidade cruel em que a própria condição humana dos africanos era minada ao longo de uma travessia que simbolizava, ao mesmo tempo, a exploração extrema e o apagamento de sua identidade e vitalidade. Segundo o autor, as condições degradantes dos navios negreiros, somadas às práticas de repressão e ao isolamento forçado, não apenas minavam a saúde e o corpo dos escravizados, mas também buscavam destruir qualquer resistência emocional ou cultural.

Esses navios, verdadeiras masmorras flutuantes, não só revelam o lado sombrio do progresso técnico, mas simbolizam uma era em

que o lucro justificava a objetificação e o sofrimento humano. A Passagem do Meio representa, assim, um capítulo sombrio da história, cuja memória evidencia a resiliência e resistência dos africanos, que, apesar da crueldade, mantiveram vivas suas raízes culturais (Freyre, 2012).

Após o desembarque no Brasil, esses africanos escravizados eram frequentemente enviados para o interior, onde enfrentavam mais uma jornada extenuante, estendendo o sofrimento além da travessia transatlântica. A redistribuição era realizada por intermediários e agentes de fazendeiros, que os guiavam por longas distâncias por vias terrestres ou marítimas. Essas rotas incluíam regiões economicamente estratégicas como Minas Gerais, São Paulo, Goiás, e até destinos fora do Brasil, como Argentina e Chile, evidenciando o sistema de exploração como uma rede que visava maximizar o lucro sobre o trabalho escravizado (Albuquerque; Fraga Filho, 2006).

Esses trajetos, como a Estrada Real, simbolizavam o sofrimento prolongado e as condições desumanas a que os africanos eram submetidos. Marchavam em comboios por longas distâncias, conduzidos por tropeiros, em condições de extrema precariedade, o que resultava em debilidade física, adoecimento e até mortes. Esse deslocamento interno dos escravizados demonstra a extensão da violência do sistema escravocrata no Brasil e sua ampla rede de abastecimento para a força de trabalho nas áreas mais remotas e nas atividades econômicas essenciais do país. Essa realidade reflete o impacto duradouro da exploração e o sofrimento imposto aos africanos, cujas trajetórias foram moldadas pela brutalidade e resistência em um contexto de injustiça sistemática (Albuquerque; Fraga Filho, 2006).

Vida e Resistência: A Jornada dos Negros Africanos em Busca de Liberdade

No Brasil Colônia, conforme Moura (1992), o sistema de escravidão não era apenas uma relação econômica, mas um mecanismo de dominação e repressão que visava sustentar o poder dos colonizadores e desumanizar os africanos e seus descendentes.

Os escravizados eram forçados a desempenhar papéis cruciais nas plantações de açúcar, na mineração e em diversas outras atividades, sendo submetidos a condições de trabalho exaustivas e desumanas. A vida nos engenhos e nas minas era marcada pela violência constante, doenças e um ambiente insalubre.

A jornada de trabalho dos escravos era extremamente longa, variando de 14 a 16 horas diárias, sempre sob a vigilância rígida do feitor. Esse supervisor impunha um ritmo de trabalho incessante, sem permitir pausas ou qualquer tipo de distração. O feitor atuava como uma figura de autoridade repressiva, garantindo que cada escravizado mantivesse o foco e a produtividade, o que aumentava ainda mais o nível de exaustão física e psicológica desses trabalhadores (Moura, 1992).

Nas plantações de cana-de-açúcar, o trabalho dos escravos era árduo, a preparação do solo e o cultivo da cana exigiam grande esforço, especialmente em terrenos difíceis. A chamada limpa – retirada das ervas daninhas – era uma tarefa extenuante, realizada sob o sol e, frequentemente, além das outras obrigações diárias dos escravizados. A colheita envolvia todos, homens, mulheres e crianças tinham funções específicas, como cortar a cana, remover as folhas e formar feixes. Esse sistema de trabalho mostra como o regime

escravista no cultivo da cana-de-açúcar era exaustivo e cruel (Albuquerque; Fraga Filho, 2006).

Ainda, segundo Corlett *et al.* (2010), os negros escravizados não apenas suportavam jornadas exaustivas de trabalho, mas também vivenciavam inúmeras formas de violência física e psicológica que visavam desumanizá-los e mantê-los subjugados. Conforme Moura (1992), além dos açoites e grilhões, a violência sexual perpetrada pelos senhores contra as mulheres escravizadas era uma prática frequente e devastadora. Essa violência abrangia não apenas a exploração do trabalho, mas também o abuso físico e emocional, ampliando o domínio dos senhores sobre os corpos e identidades dos escravizados.

As qualidades negativas atribuídas aos negros, tais como a alegação de inferioridade moral ou intelectual, para Moura (1992), eram uma construção ideológica usada para justificar a desumanização e a exploração. Essas práticas estavam embasadas na desvalorização total da vida e da dignidade dos africanos que, ao chegarem ao Brasil, eram tratados como mercadorias, sendo exibidos em feiras e examinados publicamente como animais, desprovidos de qualquer reconhecimento de sua humanidade. Esse tratamento brutal fazia parte de um sistema que visava consolidar o poder dos colonizadores por meio de uma violência sistemática, que anulava qualquer possibilidade de autonomia ou dignidade. Moura (1992) expõe como essa combinação de abusos físicos, sexuais e psicológicos constituía uma estratégia de controle social e reforçava a ideologia escravista, destinada a manter os negros em uma posição de constante subjugação e repressão.

No entanto, o autor destaca que, apesar dessa opressão extrema, os negros resistiam de várias formas, mostrando que a submissão não era total. Havia uma resistência ativa, visível nas fugas para quilombos, revoltas e pequenas ações cotidianas de insubordinação, e uma resistência cultural, em que os africanos mantinham suas práticas religiosas, sociais e familiares, preservando elementos de suas culturas originais.

Formas de Resistência: Fugas, Quilombos, Revoltas

As fugas de escravizados não podem ser tratadas de forma simplista, pois, para Gomes (1996), cada tentativa de evasão era influenciada por uma série de fatores individuais e sociais. Cada escravizado vivia uma realidade distinta, e o desejo ou necessidade de fugir surgia de experiências que variavam conforme o contexto – urbano ou rural – onde estavam inseridos, assim como sua origem, gênero e a relação particular com seus senhores.

Segundo o autor, essa diversidade de experiências reflete que o ato de fugir envolvia um cálculo pessoal e emocional complexo, que incluía desde as pressões e castigos diários até o sofrimento pela separação de familiares e o temor constante de serem vendidos. Para muitos, a fuga era uma resposta ao sistema de opressão que, além de explorar, ameaçava destruir seus vínculos e aniquilar sua autonomia.

A decisão de refugiarem-se nos matos ou migrar para áreas urbanas também revela as estratégias e os recursos que cada indivíduo possuía, uma vez que, nos matos, os fugitivos poderiam encontrar a proteção dos quilombos e das florestas; já no ambiente urbano, poderiam buscar apoio em redes de solidariedade, muitas vezes

formadas por negros libertos e escravizados que ofereciam ajuda. Em ambos os casos, a fuga era uma tentativa de reconstruir uma vida com mais autonomia, desafiando a instituição da escravidão com ações de resistência e resiliência (Gomes, 1996).

Os escravizados buscavam formas de exercer autonomia e desafiar o sistema escravista. Para além das formas de resistência velada, como o trabalho lento e a sabotagem de ferramentas, havia atos mais explícitos de rebeldia, como incendiar plantações, confrontar senhores e feitores e organizar revoltas, tanto individuais quanto coletivas. Essas ações não eram meras reações impulsivas, mas estratégias de enfrentamento à opressão (Reis; Gomes, 1996).

A ideia de resistência adaptativa, de Stern (1996), pode ser considerada no contexto de resistência dos negros, pois o que se percebe é que, ao longo do tempo, os escravizados desenvolveram táticas para sobreviver e resistir à exploração, tanto dentro quanto fora da estrutura escravista. Essa adaptação permitia que os escravizados criassem pequenas margens de autonomia e preservassem a esperança de um dia alcançarem liberdade.

A resistência adaptativa reflete, assim, uma forma de resposta resiliente e adaptável, na qual os oprimidos não buscavam desafiar diretamente a estrutura de poder, mas sim criar espaços de manobra dentro dela. Segundo Stern (1996), tais práticas cotidianas permitiam aos escravizados preservar sua dignidade e autonomia, criando uma base de resistência invisível, porém efetiva. Em vez de atos heroicos ou insurreições abertas, a resistência atuava de maneira a corroer o controle total dos opressores, dando aos escravizados pequenas margens de escolha e poder sobre suas próprias vidas, mesmo que de forma limitada.

Quilombos: Símbolos de Resistência e Construção Coletiva na Luta Contra a Escravidão

A exclusão dos negros brasileiros do direito à posse de terra e moradia reflete uma injustiça histórica que persiste como um legado da escravidão e do racismo estrutural. Apesar de sua contribuição massiva no trabalho agrícola e no desenvolvimento do país, o acesso à terra foi sistematicamente negado aos negros. A Lei de Terras de 1850, criada no Brasil logo após a proibição do tráfico de escravos, dificultou o acesso à posse formal de terras, reservando o direito de compra para as elites e consolidando a exclusão de negros libertos e comunidades quilombolas.

Os quilombos, como o de Palmares, surgiram como espaços de resistência e sobrevivência, onde negros fugidos e libertos se organizavam em áreas isoladas para escapar das perseguições dos senhores e estabelecer comunidades autossustentáveis. Palmares, localizado no atual estado de Alagoas, tornou-se o maior e mais resiliente desses quilombos, representando um símbolo de resistência e luta pela liberdade (Corlett *et al.*, 2010).

A existência dos quilombos, entretanto, era marcada pela constante ameaça de ataques e perseguições, evidenciando a hostilidade do sistema colonial às tentativas de autonomia dos negros. Palmares, pela sua importância e duração, destacou-se não apenas como refúgio, mas como uma afirmação de identidade e resistência cultural (Corlett *et al.*, 2010).

Seara em que, na concepção de Moura (1992), os quilombos eram mais do que espaços de fuga da opressão; eram centros autossuficientes, organizados pelos negros fugidos, que, ao criarm

comunidades com estruturas econômicas, sociais e culturais próprias, desafiavam diretamente a ordem escravista e a subordinação impostas pela sociedade colonial.

O autor destaca que os quilombos eram uma forma de organização social e cultural, uma vez que, em meio à repressão, essas comunidades conquistaram autonomia. Moura (1992) menciona que, para além de buscar a liberdade individual, a resistência quilombola envolvia a construção de um projeto coletivo que visava uma nova realidade, pautada pelos valores africanos, pela solidariedade e pela cooperação. Essa autonomia desafiava não apenas o sistema escravista, mas também as noções de subordinação que fundamentavam a sociedade colonial brasileira.

A resistência quilombola, portanto, não se limitava à fuga, mas envolvia um enfrentamento direto da estrutura colonial, uma recusa ativa em aceitar a condição de escravo, assim essa capacidade de resistir e criar alternativas ao sistema opressor torna os quilombos espaços de transformação social, com um impacto duradouro na dinâmica da escravidão no Brasil. A resistência quilombola, ao ser organizada, representou a capacidade dos negros de subverterem as estruturas de poder que buscavam destruí-los, criando alternativas de vida e organização que permaneceram como símbolos de luta, identidade e autonomia, dado que colaborou para a construção de um novo espaço de pertencimento e resistência, onde a cultura africana e os laços de solidariedade tinham papel fundamental.

A Luta Invisível: O Protagonismo dos Escravizados na Resistência Ao Sistema Escravista

A história das resistências é, na verdade, uma história marcada pela ação política dos sujeitos racializados, que devem ser vistos não apenas como vítimas passivas do sistema escravista, mas como agentes ativos de subversão e resistência contra uma estrutura opressiva que se consolidava em torno da escravidão (Moura, 2014).

Para o autor, essa história não pode ser contada apenas do ponto de vista dos senhores de escravos ou das instituições coloniais, pois, ao longo de séculos, os negros escravizados representaram uma oposição constante à hegemonia dos senhores de escravos, não eram apenas figuras subordinadas, mas indivíduos que, ao longo da escravidão, engajaram-se em uma série de revoltas, insurreições e formas cotidianas de resistência. A atuação política dos escravizados, portanto, configura-se como um antagonismo à estrutura de poder dominante, uma resistência que estava, de certa forma, à margem da história oficial, mas que, paradoxalmente, foi essencial para a formação da própria história do Brasil (Moura, 2014).

Essa oposição dos escravizados se deu em diversos contextos, como em revoltas de grandes proporções, como a Revolta dos Malês³ e, também, em ações cotidianas de resistência, como fugas, sabotagens e a criação de quilombos. Essas ações não só desafiavam a ordem estabelecida, mas também propunham uma nova organização social, na qual os valores africanos, a autonomia e a solidariedade eram fundamentais. Assim, a presença dos escravizados nas revoltas e insurreições não é um fato isolado, mas sim parte de um movimento mais amplo de contestação ao sistema escravista.

Cenário em que Moura (2014) traz uma nova ideia de resistência, deslocando-a de um conceito passivo para uma ação política ativa

que visava à transformação das condições de vida e a subversão de um sistema opressor. Essa resistência não se limitava à oposição física ao domínio dos senhores, mas também se expressava em um projeto coletivo de autonomia e liberdade, algo que ultrapassava a mera fuga ou sublevação momentânea.

O autor ressalta que a história brasileira deve ser reinterpretada, deve ter uma leitura mais inclusiva e plural, em que os negros escravizados são vistos não como elementos marginalizados ou coadjuvantes, mas como sujeitos históricos centrais que, por meio de suas lutas e resistências, desafiaram a hegemonia escravista e, de certa forma, contribuíram para a construção da história e da identidade brasileira.

A construção da identidade cultural afro-brasileira: herança, resiliência e influência no Brasil contemporâneo

A presença africana, a partir do século XVI, para o trabalho forçado nas lavouras coloniais, representaram uma diversidade étnica e trouxeram consigo uma riqueza cultural com múltiplas línguas, religiões e práticas. A união dessas tradições africanas com as culturas indígenas e europeias gerou uma identidade brasileira única, complexa e essencialmente multicultural.

A presença negra no Brasil transcende as contribuições econômicas; ela é crucial na formação da cultura brasileira. Mesmo sob condições adversas, os africanos escravizados conseguiram preservar e reinventar traços culturais, imprimiram aspectos de sua identidade em tudo que faziam, das práticas religiosas ao modo de se expressar e viver. Esse legado africano, forjado em resistência, resultou em uma rica troca cultural.

O contato entre africanos de diferentes etnias, além da interação com indígenas e europeus, possibilitou uma intensa e constante construção cultural. Dessa forma, a identidade brasileira é uma síntese que reflete a diversidade étnica e cultural, evidenciando como os africanos e seus descendentes transformaram e enriqueceram o país em uma dimensão que vai muito além do econômico, alcançando o imaginário e o cotidiano da sociedade brasileira.

Herança Africana: Contribuições do Povo Negro na Cultura Brasileira

Como força de trabalho indispensável, os negros escravizados não apenas sustentaram a produção nos engenhos de açúcar e demais atividades econômicas, mas também contribuíram culturalmente para a formação da identidade brasileira (Fonseca, 2009). Segundo o autor, o profundo impacto da cultura africana na formação da identidade brasileira, reflexo da convivência e mistura que marcaram a história do país, pode ser especialmente visível em áreas como a linguagem, a música, a culinária, a religião, e até mesmo no comportamento e na expressividade do povo.

Mesmo em condições extremas, os africanos conseguiram preservar muitos aspectos de suas culturas de origem, o que contribuiu para a formação de uma identidade afro-brasileira ao longo dos séculos, para Freyre (2001, p.343).

Quantas "mães-pretas", amas de leite, negras cozinheiras e quitandeiras influenciaram crianças e adultos brancos (negros e mestiços também), no campo e nas áreas urbanas, com suas histórias, com suas memórias, com suas práticas religiosas, seus hábitos e seus conhecimentos técnicos? Medos, verdades, cuidados, forma de organização social e sentimentos, senso do que é certo ou errado, valores culturais, escolhas gastronômicas, indumentárias e linguagem, tudo isso se conformou no contato cotidiano desenvolvido entre brancos, negros, indígenas e mestiços na Colônia.

Segundo o autor, a convivência íntima e cotidiana com as amas influenciou a suavização de sons e palavras que, em Portugal, possuíam uma pronúncia mais rígida ou áspera. Assim reforça a ideia de que a singularidade do português brasileiro é fruto de um processo histórico de miscigenação cultural. A interação precoce das crianças com as amas negras não apenas introduziu novos elementos linguísticos, mas também moldou uma forma mais coloquial e simplificada de expressão, distinta da formalidade típica da língua portuguesa europeia. Essa influência contribuiu para a construção de uma identidade linguística própria, caracterizada pela flexibilidade e pela criatividade (Freyre, 2001).

Influência Africana no Português do Brasil

As línguas africanas contribuíram também para o léxico brasileiro, evidenciando a resistência e preservação cultural das populações negras. Termos foram incorporados à identidade nacional e representam uma vasta gama de áreas, como por exemplo, religião

(Oxalá, Ogum, Iemanjá, pomba-gira, macumba, axé, mandinga), culinária (quitute, vatapá, acarajé, caruru, mungunzá, farofa, quindim, canjica, cachaça), música e dança (samba, lundu, maxixe), além de objetos, fauna e características do cotidiano (berimbau, dendê, banguela, caxumba, capenga, marimbondo), entre outras (Daia, 2009).

Essas palavras, que hoje fazem parte do vocabulário cotidiano e da identidade cultural do país, abrangem uma diversidade de campos semânticos, como religião, culinária, música, fauna, flora e expressões do corpo e da saúde (Daia, 2009).

Nesse limiar, apesar do racismo estrutural e da tentativa de apagamento das culturas africanas, o legado linguístico evidencia a força da influência africana, que resistiu por meio da oralidade e das práticas culturais. É importante destacar que muitas dessas palavras foram inicialmente associadas a estereótipos e preconceitos, mas ao longo do tempo ganharam reconhecimento como parte essencial da identidade nacional.

Culinária e a Herança Africana

Na culinária, pratos como acarajé e vatapá tornaram-se símbolos da identidade regional, especialmente na Bahia. A feijoada tem destaque, segundo Santos (2016), começou como uma necessidade, tornou-se um símbolo da gastronomia brasileira. Esse prato que revela a criatividade e a resiliência das populações escravizadas transformaram ingredientes simples ou desprezados em pratos sofisticados e amplamente celebrados, refletindo a capacidade de reinvenção cultural mesmo em condições adversas.

A feijoada tem sua origem nas senzalas quando os africanos escravizados adaptaram os recursos disponíveis para criar algo novo, nutritivo e saboroso. A utilização de partes consideradas menos nobres do porco, como orelhas e pés, em combinação com o feijão preto, mostra a engenhosidade culinária dessas populações, que souberam ressignificar alimentos marginalizados, processo que não só garantiu a sobrevivência, mas também deixou um legado cultural de grande valor (Santos, 2016).

Hoje, pratos como a feijoada carregam não apenas o sabor, mas também a memória cultural e a história de resistência de uma população que contribuiu enormemente para a construção do Brasil. No entanto, entende-se que é fundamental contextualizar historicamente a popularidade desses alimentos para não obscurecer as condições desumanas em que as populações africanas escravizadas foram submetidas. Faz-se fundamental reconhecer e refletir sobre as desigualdades históricas e valorizar as culturas de matriz africana, promovendo maior respeito e reconhecimento.

Práticas Religiosas: Tradições Africanas

Quanto às práticas religiosas, Santos (2009) menciona que o sincretismo religioso, caracterizado pelo paralelismo entre orixás e santos católicos, exemplifica a criatividade e a resiliência das populações afrodescendentes. Essa fusão permitiu que as tradições africanas fossem preservadas de maneira disfarçada, utilizando a simbologia católica como uma máscara para continuar seus rituais. Esse fenômeno vai além de uma adaptação estratégica; ele representa uma forma inovadora de ressignificar a religião em um novo contexto cultural e social.

A perseguição aos rituais afro-brasileiros revela a intolerância religiosa e a tentativa de imposição cultural por parte das autoridades da época, tanto civis quanto eclesiásticas. Nesse contexto, a prática clandestina dos cultos aos orixás demonstra a força e a determinação dos escravizados e seus descendentes em preservar suas crenças, mesmo sob constante ameaça. Essa resistência espiritual funcionou como uma forma de manter viva a conexão com suas origens africanas e sustentar sua identidade cultural (Santos, 2009).

A veneração de santos de origem africana, como São Benedito e Santa Efigênia, e a associação de santos católicos com orixás africanos, como São Jorge com Ogum ou Santa Bárbara com Iansã, são exemplos de como as práticas religiosas africanas se integraram ao catolicismo popular. Essas associações não apenas facilitaram a continuidade das crenças africanas sob a aparência de devoção católica, mas também enriqueceram a religiosidade brasileira com um caráter único e diverso (Santos, 2015).

A criação de novos santos populares, como a Escrava Anastácia, demonstra a persistência da memória cultural africana e a sua resignificação no contexto brasileiro, muitas vezes em busca de representatividade e reconhecimento histórico. Da mesma forma, manifestações religiosas como a Lavagem do Bonfim simbolizam a fusão entre as tradições católicas e afro-brasileiras, evidenciando uma espiritualidade plural e adaptável.

O sincretismo religioso é um dos pilares da identidade cultural brasileira, evidenciando a riqueza e a complexidade de sua formação. Ele não apenas assegurou a sobrevivência das tradições africanas, mas também contribuiu para a construção de uma

espiritualidade única, que integra elementos de diferentes culturas. Hoje, essa herança é visível em práticas como o Candomblé e a Umbanda, que continuam a desempenhar papel central na diversidade religiosa do país.

A Música e a Dança

A música e a dança desempenharam papéis fundamentais na vida dos escravizados no Brasil, transcendentais ao simples entretenimento, essas práticas estavam profundamente enraizadas em sua espiritualidade e cultura, funcionando como uma forma de resistência, comunicação e preservação de suas tradições diante das adversidades impostas pela escravidão (Santos, 2016).

Além de expressarem sentimentos e crenças, a música e a dança foram meios de fortalecer os laços comunitários entre os escravizados, criando espaços de solidariedade e identidade coletiva. Esse aspecto cultural desafiava a opressão, permitindo que eles encontrassem na arte uma forma de afirmar sua humanidade e dignidade.

A resignificação dessas manifestações ao longo do tempo resultou na criação de gêneros como o samba que, em particular, emergiu como um ícone da identidade nacional, demonstrando como as raízes africanas moldaram significativamente a cultura popular do Brasil.

A dança brasileira é uma rica expressão cultural que reflete a confluência de influências indígenas e africanas, demonstrando como essas culturas moldaram práticas corporais no Brasil. Souza (2014) destaca que, além de sua função como entretenimento, muitas dessas danças continham um forte componente mágico-

religioso, revelando o profundo vínculo entre a arte, a espiritualidade e os rituais de conexão com o sagrado.

As danças ao ritmo dos tambores, por exemplo, não eram meros momentos de diversão; elas funcionavam como manifestações de identidade e resistência cultural. No caso das influências indígenas, os movimentos muitas vezes imitavam elementos da natureza e celebravam a vida em comunhão com o meio ambiente. Já as danças africanas traziam não apenas alegria, mas também um sentido de transcendência, reforçando tradições religiosas e sociais trazidas pelos povos escravizados.

Exemplifica-se com Tambor de Crioula que é uma manifestação cultural de inegável riqueza que combina dança, música e religiosidade, refletindo a herança africana. Originário do Maranhão, essa dança tradicional, associada à devoção a São Benedito, transcende ao aspecto performático para se estabelecer como um espaço de celebração da identidade afro-brasileira e de preservação de tradições ancestrais (Ferretti, 2006).

Segundo Ferretti (2006), marcada por movimentos corporais expressivos, como a umbigada, e pelo ritmo pulsante dos tambores, o Tambor de Crioula destaca-se por ser uma prática comunitária que une brincantes em um ambiente de alegria e descontração. Sua singularidade no Maranhão, onde é conhecido exclusivamente por esse nome, e suas características próprias tornam-no uma peça fundamental no mosaico cultural brasileiro.

Importa mencionar o reconhecimento como Patrimônio Cultural Imaterial Brasileiro em 2007, o que reforça a importância de preservar e valorizar essa tradição, que é, ao mesmo tempo, uma

forma de arte e uma fonte de identidade e história para as comunidades afrodescendentes (Ferretti, 2006).

Esse componente mágico-religioso revela a centralidade da dança como uma prática que integra o corpo, o espírito e a coletividade. Em muitos casos, ela era parte de cerimônias ou rituais que buscavam cura, proteção ou comunicação com entidades divinas. Dessa forma, a dança transcende o aspecto meramente lúdico e apresenta-se como uma linguagem universal que conecta a história, a espiritualidade e a resistência de diferentes grupos (Ferretti, 2006).

Ao reconhecer essa herança, compreendemos que a dança brasileira é mais do que uma forma de expressão, é um testemunho vivo das influências indígenas e africanas que, mesmo diante de processos históricos de opressão e tentativa de apagamento cultural, conseguiram se perpetuar e enriquecer a identidade nacional.

Portanto, a música e a dança não são apenas legados artísticos; são testemunhos da resiliência e da criatividade das populações afrodescendentes, que transformaram a dor da escravidão em uma força cultural vibrante e unificadora.

Nesse contexto, Antonacci (2013) ressalta o papel transformador das expressões artísticas em sustentar e revitalizar saberes que resistem às imposições do colonialismo e do racismo. A arte, em suas múltiplas formas - acústica, coreográfica, cinematográfica e literária - atua como uma poderosa ferramenta de preservação e reinvenção cultural, afirmando a singularidade histórica de povos e desafiando sistemas que buscam homogeneizar ou apagar identidades.

Para o autor, a arte tem a capacidade de expandir as conexões culturais, promovendo diálogos entre diferentes tradições e

vivências, reforça a ideia de que a arte não é apenas uma representação estética, mas também um ato político e social, carrega histórias, dores, resistências e esperanças, sendo fundamental para a revalorização de culturas subalternizadas e a construção de identidades plurais (Antonacci, 2013).

Entende-se, então, que as práticas religiosas, como as que deram origem ao Candomblé e à Umbanda, e os elementos culturais, como a capoeira, a música, a dança e a culinária, foram maneiras de resistência e sobrevivência. Essas expressões culturais tornaram-se parte do legado afro-brasileiro e marcaram profundamente a identidade cultural do país.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluir a reflexão sobre a contribuição dos negros no Brasil exige destacar seu papel indispensável na formação da identidade cultural nacional. O legado da cultura africana é essencial para compreender as raízes históricas e culturais do país, pois suas contribuições transcendem as marcas da escravidão, representando uma história de resistência, resiliência e criatividade que moldou uma cultura rica e plural. Essa riqueza é fruto da fusão de tradições africanas, indígenas e europeias, que juntas formam a base da diversidade cultural brasileira.

A resistência negra, expressa por meio de movimentos sociais, práticas culturais e organização comunitária, foi e continua sendo fundamental na luta por liberdade e direitos civis. Assim, mais do que confrontar as estruturas escravocratas e racistas, essa luta pavimentou caminhos para transformações sociais e políticas, ainda

que desafios significativos, como a desigualdade e o racismo, permaneçam presentes.

As religiões afro-brasileiras, como parte desse legado, enfrentam desafios de aceitação e respeito, sendo frequentemente alvo de preconceitos e intolerância religiosa. Contudo, sua sobrevivência e sincretismo evidenciam a força cultural das populações negras, que transformaram adversidades em expressões singulares de fé e identidade. Reconhecer e valorizar esse patrimônio cultural é essencial para combater a intolerância e reafirmar a importância das tradições afro-brasileiras na construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

Portanto, é imprescindível reconhecer e valorizar o legado africano, não apenas como uma herança do passado, mas como um elemento fundamental da identidade cultural e social brasileira. A história de resistência e reinvenção cultural das populações negras é um testemunho de sua capacidade de transformar a dor da escravidão em uma contribuição importante para o país. Ao se refletir sobre essa rica herança, pode-se compreender as injustiças históricas que ainda persistem e trabalhar para promover o respeito, o reconhecimento e a valorização das culturas afro-brasileiras.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, Wlamyra R.; FRAGA FILHO. **Uma história do negro no Brasil**. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.

ANTONACCI, Maria Antonieta. Decolonialidade de corpos e saberes: Ensaio sobre a diáspora do eurocentrado. In: _____. **Memórias Ancoradas em Corpos negros**. São Paulo: Educ, 2013. p. 239-281.

BRASIL. **Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850.** Dispõe sobre as terras devolutas no Império e sua aplicação. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 4 set. 2024.

BRASIL. Ministério da Cultura. **Revolta dos Malês: um levante contra a escravidão na Bahia.** Fundação Cultural Palmares. 2024. Disponível em: [Revolta dos Malês: um levante contra a escravidão na Bahia — Fundação Cultural Palmares](#). Acesso em: 08 nov. 2024.

CORLETT, Carlos Kleber Sobral; SANTOS, Ana Fábila Bento dos; CORLETT, Inácia Érica de Farias Sobral; CORREIA, Mykaellem Coêlho Pereira. Uma contextualização histórica da vida dos negros no Brasil e a importância da Lei 10.639/03. **Cadernos Imbondeiro.** João Pessoa, v.1, n.1, 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br>. Acesso em: 05 nov. 2024.

DAIA. **Contribuição do negro na formação da cultura brasileira.** Disponível em: <http://daia-s.blogspot.ca/2009/05/contribuicao-do-negro-na-fornacao-da.html>. Acesso em: 29 set. 2009.

David Eltis, *The Rise of African Slavery in the Americas*. Nova York: Cambridge University Press, 2000,

FERRETTI, Sergio F. Mário De Andrade E o Tambor de Crioula do Maranhão. **Revista Pós Ciências Sociais** - São Luís, v. 3, n. 5. 2006.

FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande & Senzala.** 43 ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande & Senzala.** 48 ed., Global Editora, 2012.

GOMES, Flávio dos Santos. Jogando a rede, revendo as malhas: fugas e fugitivos no Brasil Escravista. **Tempo**, v.1, n.1. Rio de Janeiro, 1996.

GORENDER, Jacob. **O Escravismo Colonial**. São Paulo: Ática, 2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Brasil: 500 anos de povoamento** Rio de Janeiro, 2000. Disponível em: [IBGE | Brasil: 500 anos de povoamento | estatísticas do povoamento | população escrava no Brasil](#). Acesso em: 20 nov. 2024.

MOURA, Clóvis. **A Quilombagem como expressão de protesto radical**. 2001. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/moura/2001/mes/quilombagem.htm>. Acesso em: 13. ago. 2021.

MOURA, Clóvis. **Dialética Radical do Brasil Negro**. 2. ed. São Paulo: Fundação Maurício Grabois e Anita Garibaldi, 2014.

MOURA, Clóvis. **História do Negro brasileiro**. São Paulo-SP: Editora Atica, 1992.

MOURA, Clóvis. **Rebeliões da senzala: quilombos, insurreições, guerrilhas**. 5. ed. São Paulo: Fundação Maurício Grabois e Anita Garibaldi, 2014.

REDIKER, Marcus. *The Slave Ship: a Human History*. New York: Penguin Books, 2011.

REIS, João Jose, GOMES, Flávio dos Santos. **Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p.9. 32.

SANTOS, Edmar Ferreira. **O poder dos Candomblés** – Perseguição e Resistência no Recôncavo da Bahia. Salvador: EDUFBA, 2009

SANTOS, Maria Arlete. Contribuição do negro para a cultura brasileira. **Revista Temas em Educação e Saúde, Araraquara**, v.12, n.2, p. 217-229, 2016.

SANTOS, Maria Arlete. Contribuição do negro para a cultura brasileira. **Temas em Educação e Saúde**, v.12, n.2, p. 217-229, 2016. Acesso em: 10 nov. 2024.

SANTOS, Marlene Gôngora dos. **Contribuições do Negro na formação do povo brasileiro**. Trabalho de conclusão de curso (Pós-graduação). Universidade Federal do Paraná. Curitiba. 2015. Disponível em: [UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ](#). Acesso em: 20 nov. 2024.

SCHWARCZ, Lilia M.; GOMES, Flávio Gomes, **Dicionário da Escravidão e Liberdade**. Companhia das Letras, São Paulo, 2018.

SOUZA, Marina de Mello e. **África e Brasil Africano**. São Paulo: Ática, 2014.

STERN, Steve (org.). **Resistance, rebellion and consciounes in the Andean Peasant Word**, 18th to 20th. Tha University of Wisconsin Press, 1987.

TESTA, Heglisson Geraldo. **O escravo africano: esse desconhecido**. 2017. 72f. Trabalho de Conclusão de curso (especialização). Universidade Federal de Juiz de Fora. Instituto de Ciências Humanas. 2017.

¹ Mestranda em História. Universidade Estadual de Goiás - Campus Sul. E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)

² Mestranda em História. Universidade Estadual de Goiás - Campus Sul. E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)

³ A Revolta dos Malês, ocorrida em 1835 em Salvador, foi um dos levantes mais simbólicos da resistência à escravidão no Brasil, destacando-se pela participação de africanos muçulmanos, conhecidos como "malês". Diferente de outras revoltas de escravizados, os malês tinham uma identidade religiosa e cultural específica, baseada no Islã, o que lhes conferiu uma organização e coesão distintas. Essa identidade muçulmana também contribuiu para uma comunicação eficaz e para uma estrutura hierárquica mais organizada, possibilitando o planejamento do levante.